

BRASÍLIA 2020

Eduardo Braga

NÚMERO 2

SENADOR

PRIORIDADE PARA O AMAZONAS

EMENDAS GARANTEM PAVIMENTAÇÃO, SANEAMENTO E VÁRIAS OUTRAS OBRAS

BR 319

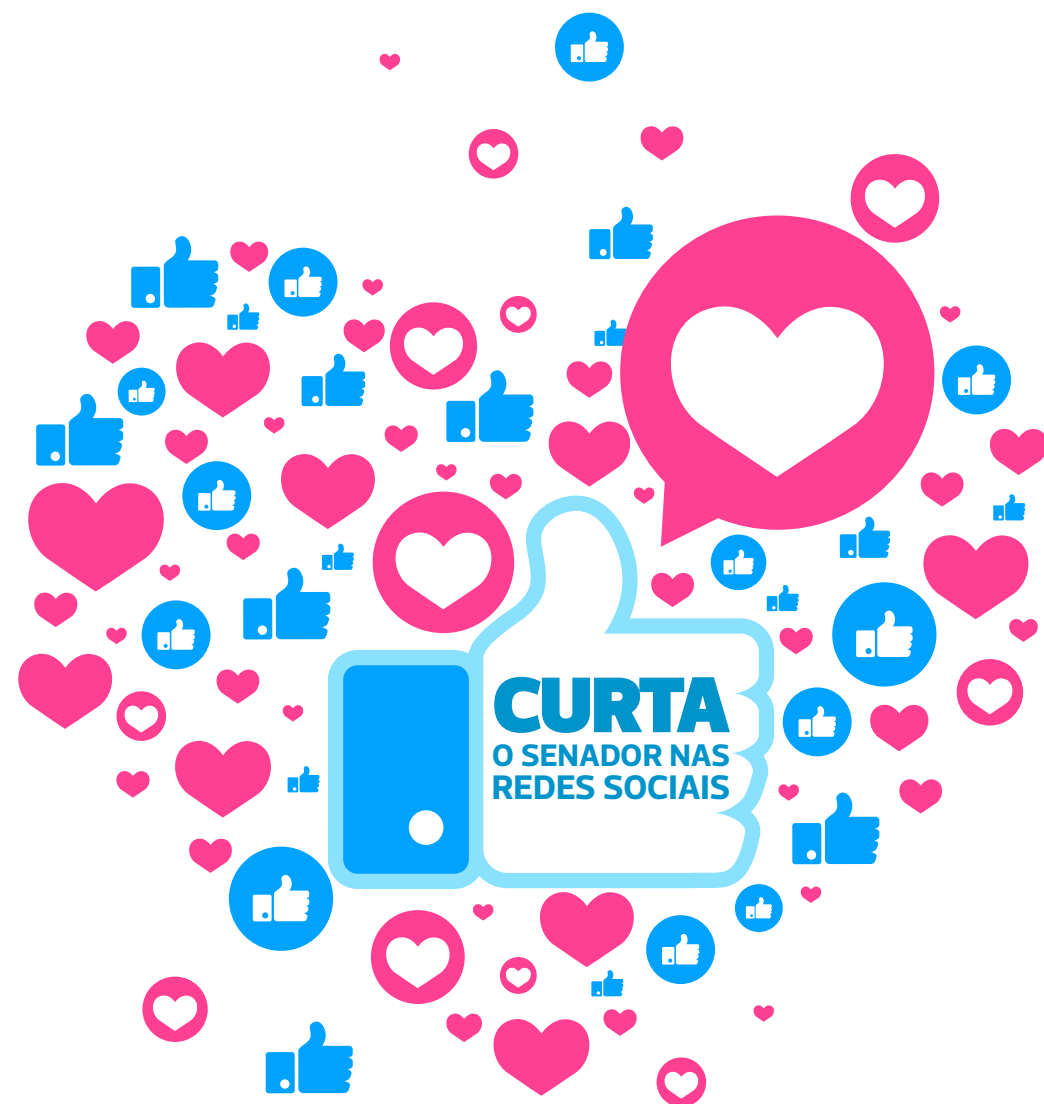
AVANÇOS HISTÓRICOS NA RECUPERAÇÃO DA RODOVIA

EQUILÍBRIO E MODERAÇÃO

VOZ FIRME CONTRA O RADICALISMO

OS DESAFIOS DA PANDEMIA

ESFORÇO REDOBRADO PARA SALVAR VIDAS E EMPREGOS



[instagram.com/eduardobraga_am](https://www.instagram.com/eduardobraga_am)



[facebook.com/SenadorEduardoBraga](https://www.facebook.com/SenadorEduardoBraga)



twitter.com/Sen.EduardoBraga

SUMÁRIO

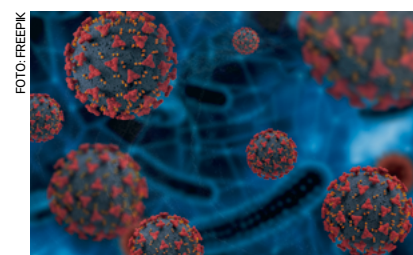


FOTO: FREEPK

A luta para aliviar os impactos da pandemia

4

BR 319: uma conquista merecida

15



FOTO: DNT



FOTO: VAGNER CARVALHO

Eduardo Braga na lista dos mais influentes

23

Ponto final na crise do setor de concentrados

32



FOTO: IMAGEM/INTERNET



FOTO: VAGNER CUNHA

Recursos para todo o Amazonas

34

Editorial	2
Artigo	7
Vacina da esperança.....	9
Alívio em tempos de emergência	10
Nova missão do Banco Central.....	14
Avanço na aviação regional.....	17
Novo marco regulatório do gás natural.....	18
Avanços no setor portuário	18
Artigo	19
Novo Fundeb	21
Mais oportunidades com o Revalida	21
Cadastro nacional de pessoas condenadas por estupro	22
Voto SIM.....	24
Artigo	27
Voz firme contra a intolerância	29
Eleições municipais	30
Notas	36
Socorro para pequenos municípios ..	38
Artigo	39

EXPEDIENTE

Jornalistas responsáveis: Taisa Ferreira (2651/MG) – Luciana Bezerra (DRT - AM007 /Livro 06/ /Fls 007)

Projeto gráfico/Diagramação: Raimundo Aragão – **Telefone Gabinete:** (61) 3303-6230 **E-mail:** sem.eduardobraga@senado.leg.br



AS LIÇÕES DE UM ANO INESQUECÍVEL

Foi um ano inesquecível. Um ano em que nos vimos forçados a trocar planos e sonhos pela incerteza; abraços e festas, pelo isolamento social. Um ano em que o medo virou rotina e em que choramos a morte de tantos amigos, familiares, brasileiros de bem. Um ano em que o desemprego e a queda de renda assombraram o país, o equilíbrio fiscal foi para o espaço e a economia mergulhou na pior crise dos últimos tempos.

Mas 2020 também guarda lições preciosas. A pandemia renovou nossa capacidade de nos reinventarmos como sociedade e como seres humanos. Redesenhamos nossas relações pessoais, nossas relações comerciais e de trabalho. Redescobrimos o valor da união, da família e da solidariedade. Aprendemos, a duras penas, que direitos coletivos falam mais alto que direitos individuais e que o diálogo é sempre o melhor caminho no combate a um inimigo comum.

2020 nos valeu, a todos, como uma grande aula de humildade e resiliência. Deixou clara nossa fragilidade, diante de um vírus microscópico, e a importância da ciência e da inovação no enfrentamento dos maiores desafios da humanidade.

Na área política, o ano também foi de aprendizado. Radicalismo e intolerância deixaram um rastro de desa-

A pandemia renovou nossa capacidade de nos reinventarmos como sociedade e como seres humanos

certos Brasil afora. Não há caminho fora do equilíbrio, do bom senso e da maturidade política. Foi o que o Senado Federal conseguiu demonstrar, driblando divergências partidárias na busca de soluções para a crise sanitária e econômica que sacudiu a nação. O auxílio emergencial aos mais vulneráveis e o programa de apoio aos pequenos negócios, o Pronampe, são apenas algumas das muitas matérias aprovadas para amenizar o impacto da pandemia no dia a dia de cidadãos e empresas.

Do ponto de vista social e econômico, o pesadelo que vivemos em 2020 foi revelador. As desigualdades que sempre marcaram o país viraram feridas expostas à nação; um exército de brasileiros “invisíveis”, sem acesso a qualquer tipo de benefício social ou proteção do Estado, ganhou corpo e voz com o auxílio emergencial.

Não há saída à vista, nem hipótese de retomada do desenvolvimento se essas desigualdades não forem enfrentadas, com amplo apoio aos pequenos negócios e uma política efetiva de geração de empregos. A renda básica emergencial foi uma semente na discussão inadiável sobre a proteção das parcelas menos favorecidas da sociedade.

2020 nos brindou, ainda, com uma legião inteira de super-heróis. Médicos, enfermeiros e outros pro-

fissionais de saúde não mediram dedicação, tempo e energia para salvar vidas.

Que 2021 chegue como um alento, anunciando, além da vacina contra a covid-19, um tempo de reconstrução e esperança, de moderação e responsabilidade. Que venham as reformas estruturais tão necessárias ao país, que possamos voltar a perseguir o equilíbrio fiscal tão importante para a atração de novos investimentos e a retomada do crescimento.

Que o nosso Amazonas avance de forma significativa em pautas tão relevantes como a recuperação da BR 319 e de outras rodovias, a regularização fundiária, a melhoria da aviação regional, da infraestrutura e mobilidade urbana. No Senado, os amazonenses contarão sempre com nosso integral apoio.

Minha saudade e meu carinho eterno aos muitos amigos do Amazonas que perdi para a covid-19 e minha gratidão a Deus e a minha equipe médica por ter me recuperado dessa doença tão traiçoeira. A todos, um 2021 cheio de paz, saúde e alegria!


SENADOR EDUARDO BRAGA

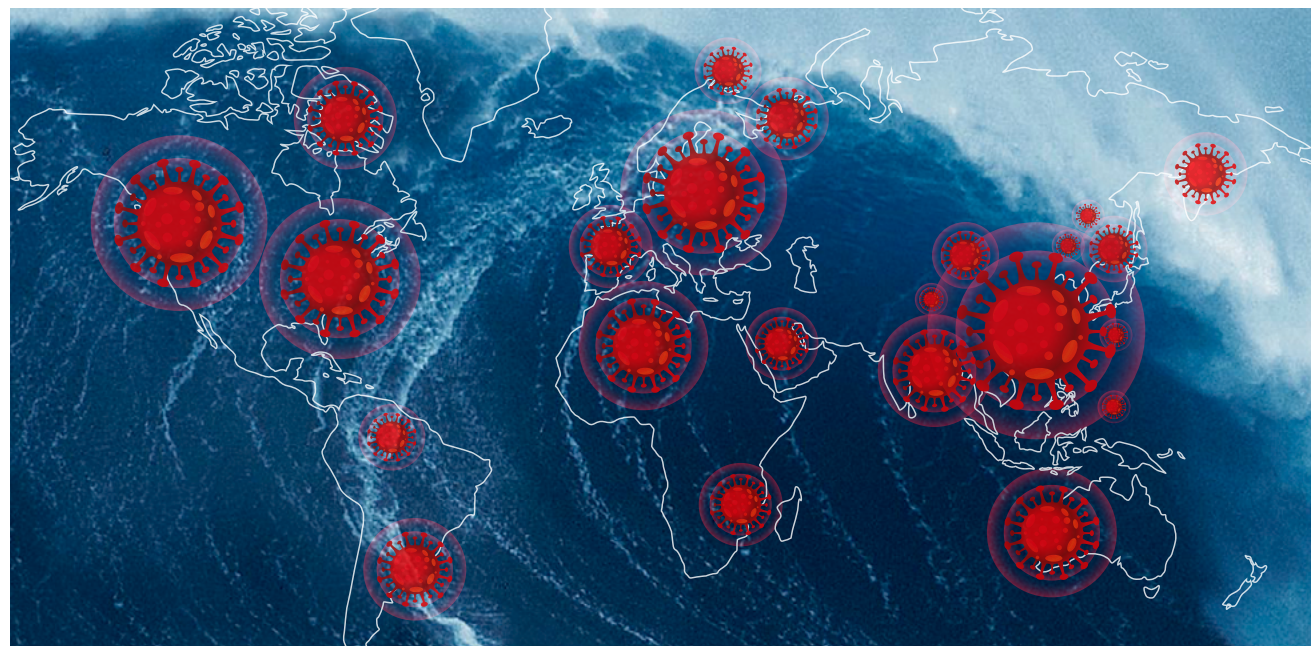


FOTO: IMAGEINTERNET

Um tsunami na saúde e na economia

“Não é hora de pensar em meta fiscal, é hora de salvar vidas e empregos”

Saúde, empregos, oportunidades de trabalho e negócios, renda, convívio social, certezas e planos. A pandemia invadiu 2020 como um tsunami, varrendo tudo em seu caminho. Ninguém esperava que o pesadelo fosse tão longo. Nem que o contágio fosse tão devastador.

Em meio à escalada de mortes e ao impacto avassalador da covid-19 na economia, o Senado Federal deu demonstração de compromisso e responsabilidade, votando, de forma célere, dezenas de propostas para minimizar as consequências da pandemia. Ao longo de quase dez meses, a prioridade foi clara: salvar vidas e empregos.

Líder do maior partido do Senado e da maioria na Casa, o senador Eduardo Braga não mediu es-

forços para negociar e votar matérias que evitaram demissões em massa e garantiram alívio financeiro para pequenos negócios e para setores que mais sofreram com a calamidade pública, como agricultura familiar, cultura e arte, ensino privado e aviação civil.

Mais vulneráveis

A troca das comissões e do plenário presencial por sessões virtuais, pioneiras no mundo, não impediu que o líder do MDB, ao lado de tantos outros senadores, fosse voz firme em defesa do fortalecimento do sistema de saúde e dos profissionais que atuaram no combate à covid-19. Não impediu, tampouco, que ele lutasse de forma decisiva pela concessão do auxílio emergencial que ajudou a alavancar a econo-

mia e salvou da fome dezenas de milhões de trabalhadores autônomos e informais.

Porta-voz do diálogo e do interesse público, Eduardo Braga teve papel estratégico na negociação de temas delicados, como o “orçamento de guerra”, que deu mais agilidade para gastos do governo na pandemia, e a concessão do auxílio financeiro de R\$ 125 bilhões da União a estados, DF e municípios. “Não é hora de pensar em meta fiscal, é hora de salvar vidas e empregos”, enfatizou por diversas vezes o parlamentar do Amazonas.

O líder apoiou, de forma integral, matérias que beneficiaram os mais vulneráveis, como a proibição de corte de serviços de água e luz nos finais de semana. Destaque também para o projeto que garantiu distribuição de alimentos da merenda escolar às famílias de estudantes que tiveram aulas suspensas na rede pública, aprovado no Senado e enviado à Câmara em setembro.

Foi Eduardo Braga quem conseguiu que trabalhadores demitidos ou que tivessem pedido demissão durante a pandemia tivessem acesso a todo o dinheiro do FGTS. Ele defendeu, ainda, a concessão de crédito especial para profissionais liberais autônomos, com dificuldade de encontrar trabalho no período de calamidade, e votou pela flexibilização dos contratos de direito privado, para proteger consumidores e evitar a multiplicação de conflitos judiciais.

Leitos, remédios e equipamentos

Preocupado com a estrutura para tratamento hospitalar, o senador Eduardo atuou de forma decisiva para aprovar o projeto que assegurou o uso compulsório, pelo SUS, de leitos privados para pacientes com Síndrome Aguda Respiratória Grave e covid-19.

Eduardo Braga também apoiou de modo incondicional o auxílio financeiro para santas casas e hospitais sem fins lucrativos, que sempre tiveram papel fundamental na assistência aos menos favorecidos. A autorização para consultas médicas pela

internet – a telemedicina – foi outra matéria aprovada com a orientação favorável do líder do MDB, assim como a obrigatoriedade de cobertura de óbitos decorrentes de epidemias e pandemias pelos seguros de vida.

Importante, ainda, foi a articulação para a aprovação do projeto que estabeleceu prazo de 72 horas para a liberação, pela Anvisa, de produtos para o combate à covid-19 que tenham sido autorizados em seus respectivos países.

O senador foi autor de projeto para suspender temporariamente os reajustes dos remédios e das mensalidades dos planos de saúde, inclusive por mudança de faixa etária. Seria um alívio bem-vindo para boa parte das famílias, que so-



FOTO: WALDEMAR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Nas sessões remotas, pioneiras no mundo, Eduardo Braga não mediu esforços para aprovar matérias que salvaram vidas e evitaram demissões em massa

freram perdas financeiras consideráveis na pandemia. Aprovado com ampla maioria no Senado, o projeto acabou não caminhando na Câmara dos Deputados.

Foi também de autoria de Eduardo Braga emenda determinando que o governo distribísse máscaras às populações de rua.

Mais de R\$ 173 milhões para socorrer a saúde de todo o AM

Parlamentar contemplou o interior e instituições de referência presentes na capital amazonense

Assim que a covid-19 tomou de assalto a população amazonense, o senador Eduardo Braga foi em busca de recursos federais para socorrer a saúde dos 62 municípios do Estado. De maio até dezembro de 2020, o parlamentar providenciou R\$ 173,7 milhões – valor obtido por meio da Portaria 1.666/2020, da Comissão Mista de Orçamento (CMO), e de bancada, assim como pela emenda impositiva (de execução obrigatória) individual.

Do total, R\$ 172,9 milhões foram destinados para o enfrentamento pandemia, sendo R\$ 133,1 milhões para as ações de prevenção à doença e estruturação da rede hospitalar do Amazonas. Mais R\$ 39,8 milhões incrementaram o Piso de Atenção Básica (PAB) de todo o Estado.

Esses repasses para a saúde do interior foram fundamentais, por exemplo, para o município de Ipixuna – um dos últimos a registrar caso de covid-19 em território amazonense. “Agradeço por tudo que tem feito, em especial pela saúde do nosso município”, afirmou a prefeita Maria Oliveira em mensagem ao senador por meio das redes sociais.

FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ESTADO DO AM (FCECON)

7 MILHÕES DE REAIS

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO AMAZONAS/ LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA (FVS/LACEN-AM)

5 MILHÕES DE REAIS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AM (HEMOAM)

1 MILHÃO DE REAIS

FUNDAÇÃO DE MEDICINA TROPICAL DR. HEITOR VIEIRA DOURADO (FMT/HVD)

2 MILHÕES DE REAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANAUS (SEMSA)

5,4 MILHÕES DE REAIS

Os investimentos assegurados por Eduardo mudaram, inclusive, a ideia de que somente a capital Manaus pode oferecer a assistência adequada aos cidadãos. “As pessoas que chegam ao hospital têm se sentido mais confiantes com os nossos serviços. Isso é resultado das suas emendas”, disse o prefeito Bruno Ramalho, de Carauari.

Instituições de referência

Mais R\$ 24,4 milhões abasteceram instituições reconhecidas pelo trabalho especializado em Manaus (confira no quadro).

A Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCECON) recebeu R\$ 4 milhões – recurso direcionado para a manutenção do estoque de medicamentos distribuídos aos pacientes e de toda a estrutura necessária ao atendimento humanizado, assim como para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e demais itens essenciais ao combate da covid-19.

“Os nossos gastos são sempre muito altos. Esse recurso veio, sem dúvida alguma, para assegurar tudo o que é necessário a quem enfrenta uma doença como o câncer”, afirmou o diretor-presidente Gerson Mourão.

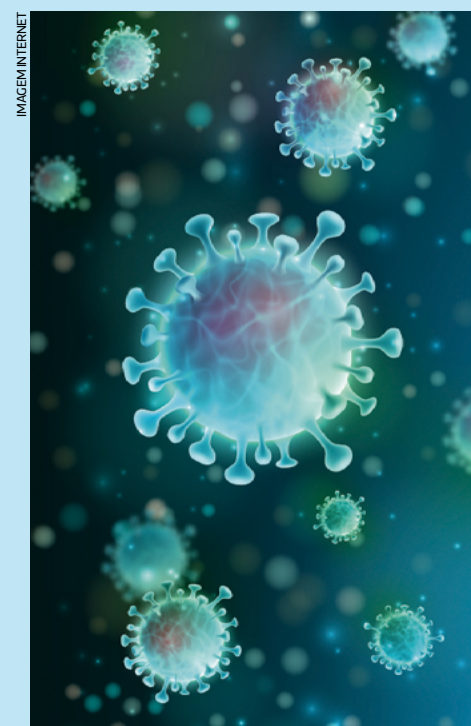
COVID-19: UM SALTO PARA O FUTURO

EDUARDO BRAGA*

Ninguém precisa ser *expert* em informática para saber que um simples *reboot* é capaz de “ressuscitar” um computador quando ele trava. Mas se o problema está no disco rígido, os arquivos corrompidos serão recarregados no momento em que o computador for reinicializado. A saída, então, é apelar para a formatação, reinstalando o sistema operacional para que ele volte à configuração original.

Quando o pesadelo da covid-19 passar, um *reboot* não vai conseguir salvar economias paralisadas mundo afora ou resgatar nosso dia a dia pré-coronavírus. Nem a formatação mais rigorosa dará conta do recado, já que a pandemia mostrou que a configuração original de nossas relações sociais e de nossos modelos políticos e econômicos também está doente, corrompida. A cura depende da nossa capacidade de nos reinventarmos como sociedade e como seres humanos.

Sorte é que o medo e o instinto de sobrevivência, diante de



União e solidariedade são valores em ascensão em meio a esse maremoto

um vírus que já infectou mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o planeta, também tem quebrado nossa resistência a mudanças e renovado nossa determinação para encontrar formas de atenuar os impactos da pandemia.

União e solidariedade são valores em ascensão em meio a esse maremoto. Sobram exemplos: privilegiados que fazem doações milionárias; campanhas para alimentar moradores de rua; vizinhos que se encarregam de compras para os mais idosos; empresas que se unem contra demissões; esforços multilaterais para encontrar uma vacina; o apoio financeiro de instituições internacionais; a dedicação dos profissionais de saúde, que colocam a vida em risco para cuidar dos infectados.

Se a covid-19 inflou nacionalismos aqui e acolá e nos faz questionar prós e contras do mundo como aldeia global, ela também escancarou a importância da elaboração de estratégias

conjuntas para combater um inimigo comum. Um país aprende com os erros e acertos dos outros, com as dúvidas e os avanços da ciência. Essa é uma lição de humildade que precisa ser seguida pelo Brasil, para minimizar as perdas com a pandemia.

É desumano alimentar conflitos internos, farpas políticas e embates federativos enquanto o país se preocupa com a falta de leitos e respiradores mecânicos, contabiliza o número de mortes e enfrenta, com coragem, o isolamento social. Disputas de poder, em plena tormenta na saúde, não são apenas desrespeitosas. São um tiro no pé para quem teima em focar nas eleições.

Se precisamos nos reinventar do ponto de vista político, apostando no diálogo e no interesse público, também temos que nos reinventar do ponto de vista econômico. A desigualdade social é uma fratura exposta. O liberalismo mostrou seus limites. Recolocar o país nos trilhos vai exigir bem mais que reformas estruturais. Teremos que unir esforços e

deixar divergências de lado para trabalhar num profundo plano de reconstrução nacional.

A semente para novas relações de trabalho já está sendo plantada, com a obrigatoriedade do *homeworking* e a evidência de que trabalhadores informais são o elo mais frágil do mercado. A renda básica emergencial é outra semente promissora, em busca de maior proteção social. E quem mais duvida da necessidade de apoiar pequenas empresas e de reforçar investimentos em saúde, pesquisa e inovação?

Inovação, aliás, será palavra-chave no mundo pós-pandemia. Empresas e empreendedores que apostarem na inovação sairão fortalecidos da crise. Também sairemos mais fortes individualmente se formos capazes de renovar hábitos, aprendizados e crenças nesse período. Quando tudo isso acabar, não vamos dar um simples *reboot* para recuperar antigas e corrompidas configurações. Vamos dar um salto para o futuro.

*Senador pelo MDB/AM

Vacinas: controle e transparência

Projeto de Eduardo Braga cria carteira digital e rastreamento de vacinas



A proposta é controlar todo o processo de imunização, da produção e importação ao consumo.

No final do ano, quando a ciência começou a acenar de forma mais concreta com a apresentação de vacinas eficazes contra a covid-19, o Senado aprovou projeto fixando diretrizes gerais para a imunização. A proposta foi encaminhada à Câmara no início de dezembro. “O plano de distribuição de vacinas é prioridade absoluta e precisa ser traçado com toda a transparência possível”, alertou Eduardo Braga, que assegurou, com uma emenda, prioridade para o SUS na aquisição e distribuição das vacinas.

Foi exatamente para garantir o controle e a transparência ao longo de todo o processo da vacinação, da origem ao consumo, que o senador Eduardo apresentou projeto criando um sistema de rastreamento de vacinas e soros no âmbito do Programa Nacional de Imunização. O projeto

também cria a carteira digital de vacinação, com dados pessoais, fabricantes e lotes de vacinas e soros aplicados e eventuais colaterais.

“A população, que já sofreu tanto com essa pandemia, tem o direito de saber quando e como vai ter acesso à vacina, qual o grau de segurança e eficácia da imunização, os possíveis efeitos colaterais, os critérios de distribuição, as condições de armazenagem, de transporte. Essas informações não podem, em hipótese alguma, ficar restritas ao governo e autoridades sanitárias”, alertou o parlamentar.

Além de dar transparência à distribuição territorial das vacinas no Brasil, outro mérito da proposta, aprovada pelo Senado em 15 de dezembro, é evitar a interferência na autonomia dos estados, no que diz respeito ao plano de imunização.

Socorro bem-vindo

O Congresso Nacional teve papel fundamental para minimizar o impacto da pandemia no setor produtivo, dando suporte aos setores mais afetados pela crise, garantindo a manutenção dos pequenos negócios e evitando a demissão de milhões de trabalhadores. A atuação do senador Eduardo Braga foi decisiva na articulação e negociação dos principais projetos aprovados no Senado Federal

RENDA MÍNIMA PARA MAIS DE 60 MILHÕES DE BRASILEIROS

O auxílio emergencial de R\$ 600 mensais – R\$ 1,2 mil, no caso de mães que são chefes de família – foi decisivo para socorrer mais de 60 milhões de trabalhadores informais, autônomos e microempreendedores individuais, que perderam trabalho e renda durante a pandemia. “Pintores, faxineiros, camelôs e milhões de outros profissionais que não têm carteira assinada nem recebem benefícios previdenciários terão garantia de renda mínima durante essa pandemia”, comemorou o senador Eduardo Braga, ao encaminhar, como líder do MDB, o voto favorável ao projeto do “coronavoucher”.

Planejado para três meses, o auxílio emergencial acabou sendo ampliado por mais dois meses, com parcelas de R\$ 300 mensais. Ao garantir a capacidade mínima de consumo da parcela mais vulnerável da população e injetar cerca de R\$ 300 bilhões na economia, o benefício também foi fundamental para movimentar o mercado e evitar uma crise ainda mais profunda.



Eduardo Braga, que defendeu com firmeza a ampliação do auxílio emergencial a outras categorias atingidas pela pandemia, como taxistas, motoristas de aplicativos e pescadores artesanais, chegou a apresentar projeto de lei instituindo a Renda Básica em caráter permanente, em substituição ao Bolsa Família. Segundo ele, a pandemia comprovou que grande parcela da população vulnerável do país não era alcançada por nenhum programa público de proteção social. “É um batalhão de brasileiros invisíveis, sem qualquer assistência do Estado, que precisa urgentemente de apoio governamental”, salientou.

R\$ 125 BI PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Um acordo liderado pelo senador Eduardo Braga permitiu a aprovação do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, um auxílio financeiro de R\$ 125 bilhões a estados e municípios – R\$ 60 bilhões em repasses diretos de recursos da União e R\$ 65 bilhões na forma de renegociação de obrigações com a União e com organismos internacionais, renegociação de dívidas com bancos públicos e suspensão de pagamento de dívidas previdenciárias.

Dos R\$60 bilhões do auxílio, R\$ 10 bilhões foram destinados exclusivamente para o enfrentamento da pandemia – R\$ 7 bilhões para estados e R\$ 3 bilhões para municípios. Por sugestão do senador Eduardo, os estados ficaram com 60% dos outros R\$ 50 bilhões, não com 50%, como previsto anteriormente. Para compensar os municípios, Eduardo Braga conseguiu que fosse acatada emenda suspendendo o pagamento da dívida previdenciária com a União.

A proposta apresentada pelo líder do MDB também preservou agentes públicos de segurança e de saúde da suspensão, por um ano e meio, de reajustes salariais, promoções e outros benefícios, contrapartida exigida no projeto.

A educação básica foi outra área atendida no acordo costurado pelo senador Eduardo. Para compensar a queda na arrecadação do ICMS – componente importante da base de cálculo do Fundeb – o senador Eduardo sugeriu que os recursos emergenciais destinados a estados e ao DF fossem incluídos na base de cálculo do fundo.

**GOVERNO DO AM
E PREFEITURAS
AMAZONENSES FORAM
BENEFICIADOS
COM R\$ 2,1 BILHÕES**

APOIO PARA A ARTE E CULTURA



A medida provisória que regulamentou o socorro emergencial de R\$ 3 bilhões para o setor de arte e cultura, previsto na chamada Lei Aldir Blanc, foi aprovada com uma emenda importante do senador Eduardo Braga, impedindo a devolução do dinheiro aos cofres da União se o investimento não for feito no prazo determinado.

“O setor de arte e cultura foi certamente um dos mais prejudicados pela pandemia, com a suspensão dos espetáculos. Nossa intenção é garantir um apoio emergencial para artistas, produtores e outros profissionais do setor, que estão enfrentando enormes dificuldades, além de apoiar espaços e centros culturais como escolas de música e capoeira, circos, festas populares e teatros de rua, que estão com sua renda absolutamente comprometida”, explicou o líder do MDB.

CRÉDITO PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS

A criação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi uma das iniciativas mais importantes adotadas ao longo da pandemia. Sem a concessão de crédito em condições especiais, pequenos negócios no Brasil inteiro teriam fechado as portas e demitido milhões de trabalhadores.

Defensor ferrenho do programa, que teve três etapas aprovadas pelo Congresso, com a liberação de mais de R\$ 42 bilhões em empréstimos, Eduardo Braga foi taxativo ao lembrar que micro e pequenas empresas têm papel estratégico na economia, respondendo por mais de 30% do PIB e pela geração de mais de 95% dos empregos formais no país.

O parlamentar alertou que o Pronampe deve ser um programa permanente, devendo ser incluído



FOTOS: IMAGEM/INTERNET

anualmente nas propostas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento da União.

Vale ainda ressaltar a aprovação do Marco Legal do Reempreendedorismo, que seguiu para a Câmara em dezembro e recebeu todo apoio do líder do MDB, por permitir a recuperação mais rápida das pequenas e das microempresas.

IMPULSO PARA COMPANHIAS AÉREAS



Outro socorro bem-vindo foi a MP 945, com empréstimos em condições especiais para as empresas aéreas, que tiveram enormes prejuízos com o cancelamento dos voos e a queda vertiginosa da compra de bilhetes internacionais e domésticos.

Entre outros pontos, a MP 945 acabou com o adicional de embarque internacional, permitiu a renegociação do pagamento pela exploração dos aeroportos e definiu regras para reembolso e remarcação de passagens durante a pandemia, de forma a proteger os consumidores de eventuais penalidades nos cancelamentos de voos.

Emenda do senador Eduardo Braga garantiu que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil pudessem ser objeto de empréstimo para companhias de aviação comercial regular e operadores aeroportuários contratados pela União. Outra emenda do líder do MDB estabeleceu o prazo de doze meses para o reembolso do valor relativo à compra de passagens aéreas, com isenção das penalidades contratuais.

ALÍVIO PARA OS AGRICULTORES

A suspensão das dívidas dos pequenos agricultores trouxe alívio merecido para outro setor fortemente impactado pela crise provocada pela pandemia. Na defesa do PL 1543/20, do senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), Eduardo Braga foi incisivo: “Temos que fazer justiça para quem precisa. Os agricultores familiares, que não têm todo um arranjo produtivo, como os grandes produtores, e que têm dificuldade de transporte e comercialização, estão com enormes dificuldades de manter sua renda.”

O texto aprovado pelo Senado também excluiu a necessidade de comprovação de perda de capacidade de pagamento do mutuário, o que poderia ser difícil para alguns agricultores, como alertou Braga.



SAÍDA PARA INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

Com a suspensão das aulas presenciais e as perdas financeiras provocadas pela pandemia, o índice de inadimplência nas escolas e universidades particulares cresceu 93%. A saída para garantir às instituições de ensino um mínimo de saúde financeira foi aprovar um projeto criando o Certi-

ficado de Recebíveis da Educação, um título a ser negociado no mercado financeiro para securitizar as empresas do setor.

O apoio do senador Eduardo Braga à proposta levou em conta o equilíbrio entre o socorro às instituições privadas de ensino, “que não podem ser

inviabilizadas nesse momento de crise”, e a garantia de justiça social aos estudantes. O PL 1886/20, do senador Jorginho Mello (PL/SC), exige a concessão de carência da mensalidade por três meses ao aluno cujo contrato lastreia Recebíveis de cada papel. Também não pode haver prejuízo às políticas de descontos e às bolsas de estudo concedidas pela instituição. O projeto foi encaminhado em maio para a Câmara dos Deputados.



Banco Central de olho no desemprego

Emenda do líder do MDB ao projeto de autonomia do BC ampliou as atribuições do órgão monetário

Um dos principais pontos previstos no projeto de autonomia do Banco Central, aprovado na noite de 03 de novembro pelo Senado Federal, foi garantido por emenda do senador Eduardo Braga. Além do controle inflacionário, a autoridade monetária passa a ter como atribuição fomentar o pleno emprego no país.

“Tenho a convicção de que precisamos ter um banco central contribuindo para a promoção do crescimento e do emprego, inclusive por meio da política de crédito. Isso dará foco ao BC, colocando o Brasil ao lado das principais grandes economias mundiais”, justificou o senador, no texto da emenda.

O duplo comando do Banco Central vinha sendo defendido há tempos pelo líder do MDB. A definição clara dos objetivos da autoridade monetária era essencial, segundo ele, para que a concessão da autonomia formal não significasse um “cheque em branco” à autarquia.

Eduardo Braga reiterou que aprovar a autonomia do Banco Central, com mandato fixo e regras claras para a nomeação e demissão de seus dirigentes, é fundamental para evitar pressões políticas sobre a autoridade monetária.

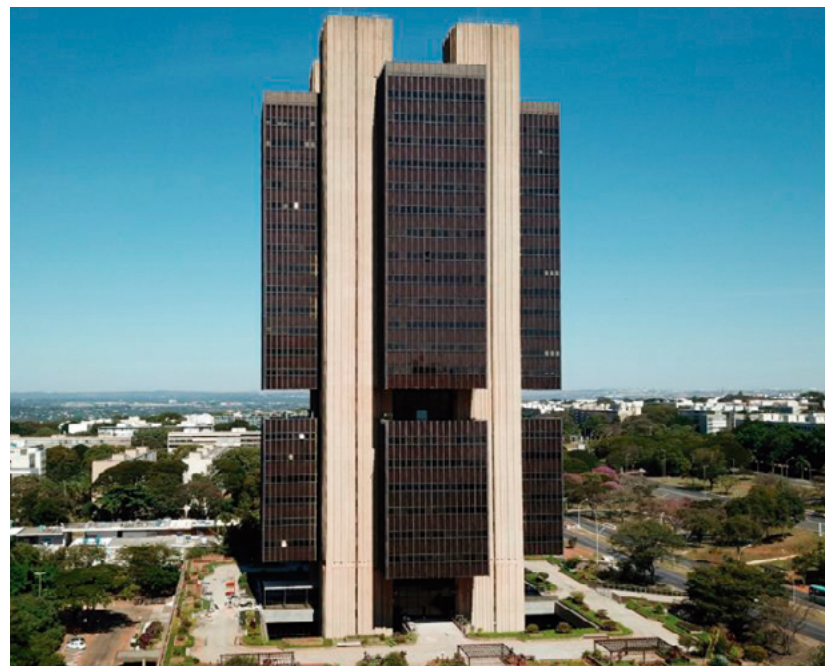


FOTO:IMAGEMINTERNET

Prorrogação da desoneração da folha evita demissões em massa

O senador Eduardo Braga comemorou a derrubada do veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia. “São milhões de empregos que estamos preservando e de oportunidades de trabalho que poderão ser abertas no ano que vem”, comentou o líder do MDB ao votar contra o veto.

A derrubada do veto beneficia setores que geram mais de 6 milhões de empregos. A desoneração, que acabaria no final de 2020, permite que as empresas contribuam para a Previdência Social com um percentual de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de recolherem 20% sobre a folha de pagamento.

Sem a prorrogação da medida até o final de 2021, haveria o risco de demissões em massa, ponderou o senador do Amazonas, um dos avalistas do acordo firmado entre lideranças e governo. “Nosso compromisso, nesses tempos difíceis, é proteger empregos e empresas”, argumentou.



FOTO:DNIT

BR-319: caminho de vitória e esperança

Contínuas reivindicações de Eduardo Braga pela rodovia resultaram em importantes conquistas em 2020

Num ano de tantos desafios, os avanços rumo à pavimentação da BR-319 surgem como um farol de esperança para milhões de amazônidas ávidos pelo fim do isolamento terrestre e por tempos mais prósperos na região.

As contínuas reivindicações do senador Eduardo Braga pela rodovia junto ao Ministério da Infraestrutura e até ao presidente Jair Bolsonaro foram decisivas para conquistas como a registrada às vésperas do Natal, quando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) formalizou o contrato para as obras definitivas no lote “Charlie”, entre os quilômetros 198 e 250.

“Mais do que uma estrada, é um caminho de vitória e esperança para o nosso Amazonas. Essa é uma conquista de todos nós!”, comemorou o parlamentar nas redes sociais.

O termo do acordo, celebrado com o consórcio Tecon/Ardo/RC., prevê a elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução de obras para reconstrução do trecho. Com o investimento de R\$ 165,7 milhões, o empreendimento deve ser realizado em 1.080 dias.

“Iniciamos a nossa missão de recuperar uma rodovia já asfaltada na década de 70 com o compromisso de torná-la a maior referência em governança ambiental do país. Compromisso do presidente Jair Bolsonaro que começamos a cumprir”, festejou o ministro Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura, orgulhoso conhecedor da Amazônia e das demandas da população local.

Embora pareça corriqueiro, o rito burocrático representa um marco na luta pela BR-319. Essa intervenção estava paralisada há, pelo menos, 20 anos, em decorrência de entraves, inclusive jurídicos.

SERÃO
INVESTIDOS
165
MILHÕES
DE REAIS

VOCÊ SABIA?

Para assegurar o tráfego daqueles que precisam percorrer o Amazonas pelas rodovias, Eduardo empenhou, junto ao Ministério da Infraestrutura e a órgãos a ele vinculados, R\$ 136,6 milhões. É dinheiro para manutenção e pavimentação. Confira a distribuição desse recurso:

BR-319, nos acessos a Humaitá, Lábrea, Manicoré, Careiro Castanho, Manaquiri, Autazes e Careiro da Várzea (R\$ 79,6 milhões);

BR-230 (Transamazônica), nos acessos a Maués, Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré, Humaitá, Canutama e Lábrea (R\$ 17 milhões);

BR-307, no trecho entre os municípios de Atalaia do Norte e Benjamim Constant (R\$ 10 milhões),

BR-317, entre o município de Boca do Acre (AM) e o Estado do Acre (R\$ 30 milhões).

“Trecho do meio”

As dificuldades enfrentadas para viabilizar o asfaltamento do lote “Charlie” são praticamente as mesmas em relação ao “trecho do meio”, que compreende os quilômetros 250 e 655 – extensão mais problemática de toda a rodovia. Durante o inverno amazônico, o acúmulo das chuvas em plena floresta resulta em crateras gigantescas de lama.

Ainda assim, houve um avanço, também histórico, rumo à pavimentação. Desde agosto, técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) avaliam o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da obra no trecho de mais de 400 quilômetros.

O procedimento é inédito nos últimos dez anos, pois a instituição vinha recusando reiteradas tentativas de apresentação dos documentos por não atenderem todos os requisitos impostos pela legislação ambiental.

Uma vez obtido o licenciamento ambiental, Eduardo garante, por meio de emendas ao Orçamento, o recurso necessário para as obras. Essa iniciativa já consta como prioridade e meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).



Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas: recuperação da BR-319 será maior referência em governança ambiental do país

INFRAESTRUTURA

Enquanto correm os trâmites necessários para as obras definitivas na rodovia, são realizadas as chamadas intervenções de manutenção, para as quais o senador amazonense também viabiliza recursos federais. Em dezembro, já estavam previstos R\$ 70 milhões de repasse.

Uma dessas obras, iniciada em 2 de outubro, foi acompanhada por Eduardo, pelo ministro e pelas demais autoridades do Amazonas e de Rondônia. Aos moradores do distrito de Realidade, pertencente ao município de Humaitá (AM), às margens do “trecho do meio”, Freitas reafirmou a disposição do Governo Federal para solucionar cada dificuldade

de que impede a pavimentação da BR-319 e de outras rodovias federais que serpenteiam o território amazônico, como a 307 e a 317.

A presença, as palavras e as ações do ministro, na companhia do senador amazonense, reanimaram todos os defensores da BR-319. “A sua vinda, com os integrantes da bancada do Amazonas, mostra a luz no fim do túnel”, disse André Marsílio, uma das lideranças mais proeminentes na região.

Essa luz, como disse Eduardo, deixou de ser abastecida por uma lamparina em 2020. Um farol já ilumina o caminho que promete integrar definitivamente milhões de amazonidas ao restante do Brasil.

Modernização dos aeroportos do interior

Ainda com o ministro Tarcísio de Freitas, o senador amazonense definiu a relação de aeroportos do interior amazonense que serão entregues completamente modernizados entre 2021 e 2022. São os de Coari, Lábrea, Eirunepé, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Itacoatiara, Maués, Fonte Boa, Boca do Acre, Borba, Carauari, entre outros.

As obras, algumas já iniciadas e outras em fase de licitação, incluem a reforma ou construção de terminais, instalação de cercas, retirada de vegetação e sinalização de pista de pousos e decolagens. “Com dinheiro e força de vontade, conseguiremos finalizá-los em até dois verões amazônicos”, afirmou Eduardo.

O de Coari será submetido a uma “remodelagem completa”, com R\$ 65 milhões de investimento, um dos maiores aportes já registrados na aviação regional do país. O projeto e a execução da unidade são de responsabilidade da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara), vinculada à Força Aérea Brasileira (FAB).

A licitação para as obras nos terminais de Lábrea e Eirunepé, soube o senador por meio da equipe da Infraestrutura, também avançam.



FOTO: IMAGEM/INTERNET

Lei do Gás: energia mais barata e mais desenvolvimento

Novo marco regulatório foi relatado por Eduardo Braga

Uma das grandes expectativas do Senado, em 2020, era a votação da chamada Lei do Gás. O substitutivo apresentado pelo senador Eduardo Braga foi aprovado depois de sete anos de discussão na Câmara dos Deputados e terá papel estratégico para impulsionar o mercado do gás natural no Brasil.

“O grande objetivo é reduzir o custo do gás natural como matriz energética no Brasil e, com isso, reduzir o custo da energia elétrica, atraindo investimentos, impulsionando o desenvolvimento e a geração de empregos”, explicou o relator.

Projeções da Empresa de Pesquisa Energética indicam que a Lei do Gás vai gerar investimentos entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões, com a produção de gás natural triplicando até 2030. “Ela também poderá gerar 4 milhões de empregos nos próximos cinco anos, e aumentar o PIB em 0,5% nos próximos dez anos”, acrescentou o parlamentar do Amazonas.

O projeto, que passará por nova votação na Câmara, substitui o regime de concessão de exploração de transporte e estocagem do combustível pelo regime de autorização, mais ágil e atrativo.

A competição também será estimulada com um novo regime de contratação de capacidade de transporte e com a garantia de acesso não discriminatório às infraestruturas essenciais, como gasodutos de escoamento da produção e gasodutos. Para evitar novos monopólios, a desverticalização veda a relação societária entre transportadores, produtores e comercializadores.



Produção de gás natural poderá triplicar até 2030

Avanços no setor portuário

Barcelos – Em 2021, os barcelenses já devem contar com uma zona portuária totalmente nova. A obra, já iniciada, conta com R\$ 14 milhões providenciados pelo senador Eduardo Braga, por meio de emenda ao Orçamento da União, e é mais um resultado da bem-sucedida parceria com o Ministério da Infraestrutura.

Lábrea – No segundo semestre de 2020, a população do município recebeu um flutuante a pedido do senador, do deputado federal Átila Lins (PP/AM) e do prefeito Gean Barros. O terminal permanecerá disponível enquanto o processo para a construção do porto definitivo é encaminhado. “Lábrea estava sem condições de operar com um terminal de madeira apodrecido. Esse porto será estratégico para a região do Médio e Alto Purus, pois terá como uma das funções abastecer Pauini, Canutama e até mesmo Boca do Acre”, observou o senador.

FOTO: IMAGEM INTERNET

EDUCAÇÃO: A RESPOSTA QUE O BRASIL PRECISA

EDUARDO BRAGA*

O fortalecimento do Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, é um compromisso que assumimos com todos os brasileiros, especialmente com nossas crianças e com nossos jovens.

Investir em educação é a resposta que o país precisa para vencer o atraso, o desemprego e a defasagem tecnológica. A retomada da economia e o desenvolvimento sustentável passam, necessariamente, por um ensino público de qualidade e pela valorização dos nossos professores.

O novo Fundeb, agora como fundo permanente, é um passo importante nesse sentido. Ele é a garantia de um modelo de financiamento mais forte e mais justo para a educação básica, da educação infantil ao ensino médio. É a garantia, acima de tudo, de um avanço na redução das desigualdades



O novo Fundeb é garantia de redução das desigualdades de aprendizagem entre ricos e pobres

de aprendizagem e de oportunidades entre os mais ricos e os mais pobres.

Atualmente, a participação da União no Fundeb é irrisória – 10%. O resultado são professores mal remunerados e um ensino muito deficiente. Com a reformulação do fundo, o volume de recursos aportados pela União passará gradualmente para 23%, em seis anos.

O novo Fundeb também corrige distorções do atual modelo, assegurando uma distribuição mais equilibrada dos recursos entre os vários municípios.

Hoje a complementação de recursos pela União é direcionada unicamente a estados que não conseguem bancar o valor mínimo por aluno; com isso, cidades mais ricas em estados pobres recebem o reforço do governo federal, mas municípios vulneráveis em estados ricos

IMAGEM INTERNET

deixem de ganhar o auxílio. No novo Fundeb, redes municipais receberão diretamente uma parcela dos recursos.

O texto tem ainda o mérito de estabelecer que pelo menos 70% dos recursos devem ser usados para o pagamento de profissionais da educação – não existe educação de qualidade sem professores remunerados de forma digna.

Outro ponto importante é o reforço do investimento na educação infantil, para a qual

serão destinados 5% dos recursos repassados pela União. Sabemos todos que existe hoje uma enorme carência de vagas nas creches públicas.

O Senado certamente irá cumprir mais uma vez seu dever, apoiando com firmeza o novo Fundeb. Um passo que queremos decisivo rumo a um Brasil melhor e mais justo.

*Senador pelo MDB/AM

Um marco na educação

Eduardo Braga teve atuação decisiva para que os recursos do novo Fundeb fossem destinados exclusivamente à rede pública de ensino

A aprovação do novo Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, foi comemorada pelo senador Eduardo Braga como um marco na educação brasileira. “Ao tornar o Fundeb uma fonte de financiamento permanente e ampliar os recursos destinados à educação básica, o Brasil dá um passo decisivo em direção à maior valorização dos professores e a um ensino público de mais qualidade”, avaliou o senador.

Na opinião do senador Eduardo, a ampliação da participação dos repasses da União no Fundeb, de 10% para 23% até 2026, é fundamental para mudar a atual realidade do ensino público, com professores mal remunerados e qualida-

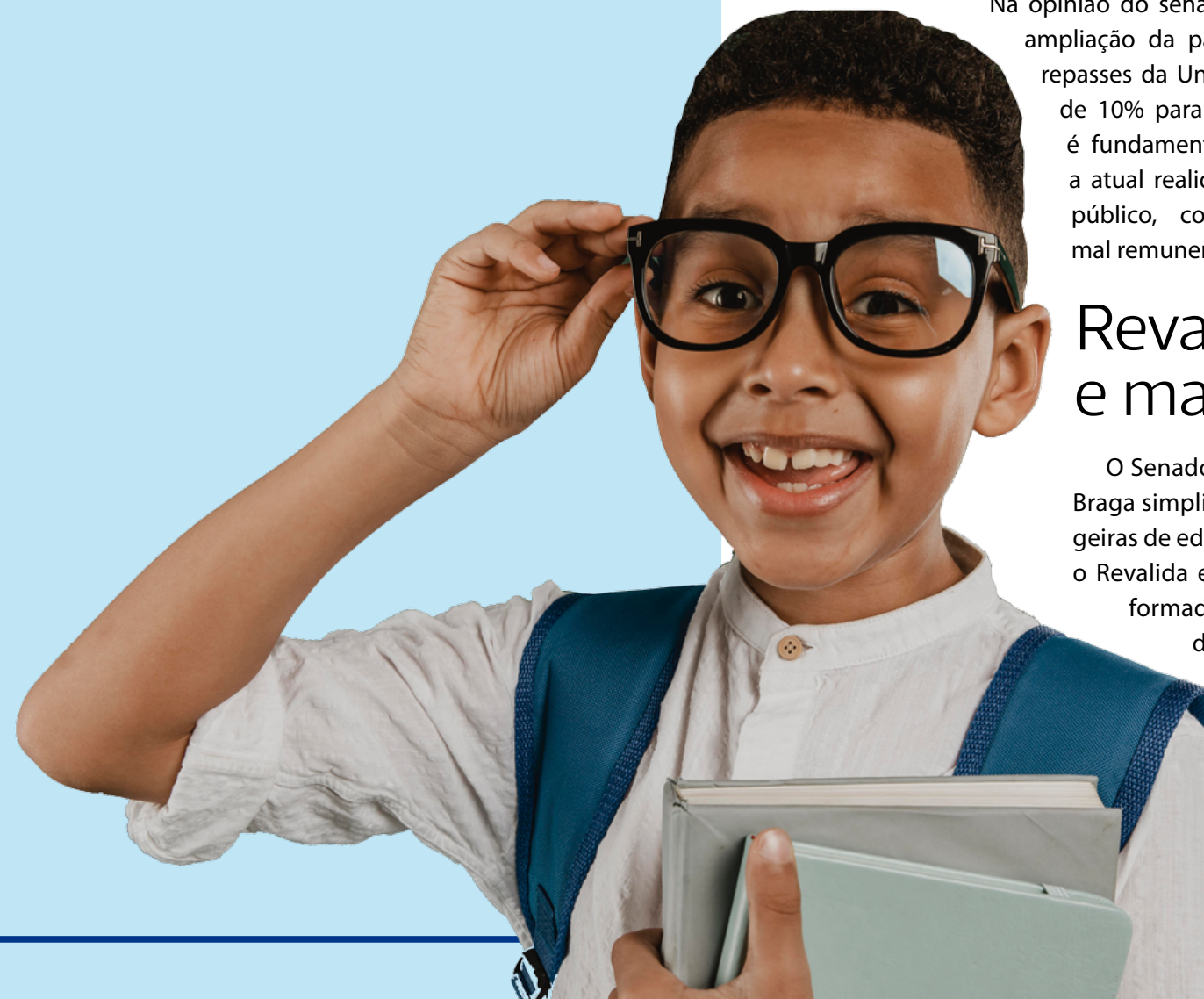
de muito deficiente. “Se o Brasil quiser vencer o atraso, o desemprego e a defasagem tecnológica, precisamos investir em educação”, declarou. O Fundeb, cujos recursos somaram R\$ 166,6 bilhões em 2019, teria sua vigência suspensa no final de 2020, se não tivesse sido aprovada a nova proposta de emenda constitucional.

Na votação do projeto de regulamentação do novo Fundeb, Eduardo Braga teve atuação decisiva para restringir a aplicação dos recursos à rede pública de ensino. Ele conseguiu barrar alterações aprovadas na Câmara que davam margem ao repasse de 10% dos recursos do fundo a instituições privadas, para oferta conveniada de vagas nos ensinos fundamental e médio. A estratégia acertada pelo líder também impediu que profissionais terceirizados fossem pagos com recursos do fundo.

Revalida: menos burocracia e mais oportunidades

O Senado Federal aprovou, em agosto passado, relatório do senador Eduardo Braga simplificando a revalidação de diplomas expedidos por instituições estrangeiras de educação superior. O substitutivo encaminhado à Câmara também criou o Revalida emergencial, a ser realizado no prazo de 90 dias, para que médicos formados no exterior possam atuar no combate à covid-19. “A intenção é reduzir a enorme carência de profissionais de saúde nas comunidades mais pobres e isoladas do país, como acontece em boa parte do Nordeste e da Amazônia, explicou o relator.

“Estamos abrindo a oportunidade a milhares de brasileiros que estão graduados no nível superior e não podem hoje seguir carreira no Brasil”, concluiu o parlamentar do Amazonas, que analisou três projetos de lei para dar o seu parecer.



Estupradores na mira da lei

Cadastro nacional de estupradores, relatado por Eduardo Braga, vai facilitar a identificação e a punição dos criminosos

O Senado Federal aprovou, em 09 de setembro, parecer favorável do senador Eduardo Braga à criação do Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crimes de Estupro. O senador frisou que o cadastro é “um avanço importante para que possamos frear uma estatística assustadora no Brasil”. De acordo com o último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, só em 2019 foram registrados 66.123 estupros no país – uma média de um estupro a cada oito minutos. No Amazonas, foram 855 estupros – mais de dois por dia.

Ao apresentar o relatório sobre o projeto do deputado Hildo Rocha (MDB/MA), Eduardo Braga lembrou que mais da metade das vítimas de violência sexual têm menos de 13 anos. “São quatro meninas e meninos estuprados a cada hora no Brasil”, lamentou.

Mais grave, ainda, observou o relator, é o fato de que menos de 10% dos casos de violência sexual são notificados à polícia, segundo o Fórum de Segurança Pública. As vítimas, afirmou Braga, costumam sofrer caladas por conta da vergonha, da falta de confiança nas instituições de justiça e do medo de retaliação por parte do agressor – geralmente algum conhecido ou alguém da própria família.

“É preciso, com urgência, reforçar as políticas públicas de prevenção, proteção e repressão à violência sexual”, ressaltou o líder do MDB. O compartilhamento de informações detalhadas sobre características físicas e perfil genético de agressores sexuais, disse ele, é um instrumento importante para identificar e localizar esses criminosos. O projeto foi sancionado pelo presidente da República no último dia 02 de outubro.

FOTO: IMAGEM INTERNET

ANO DE 2019

66.123
estupros
no Brasil

855
no Amazonas



FOTO: MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Articulação e diálogo

Eduardo Braga ficou, mais uma vez, entre os Cabeças do Congresso, a lista dos 100 parlamentares mais influentes do país

A 27ª edição da série Cabeças do Congresso apontou o senador Eduardo Braga como um dos cem parlamentares mais influentes entre os 594 senadores e deputados federais. Essa é a sétima vez que o parlamentar do Amazonas tem seu prestígio e habilidade política reconhecidos na pesquisa realizada anualmente pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o DIAP.

Para fazer parte dos “Cabeças”, os parlamentares precisam se sobressair pela capacidade de negociação, articulação, senso de oportunidade, formulação de propostas e condução dos debates. Eduardo Braga foi destacado na categoria “Negociadores”, que inclui parlamentares investidos de autoridade para firmar e honrar compromissos e que se sobressaem pela credibilidade, controle e equilíbrio emocional, habilidade no uso das palavras e respeito à vontade da maioria.

A seleção dos mais influentes é feita com base em entrevistas com deputados e senadores, assessores das duas Casas do Congresso, jornalistas, cientistas e analistas políticos. O DIAP também examina, entre outros pontos, as atividades profissionais, os vínculos com empresas ou organizações econômicas ou de classe, a formação e a vida acadêmica de cada parlamentar, além dos pronunciamentos, das proposições apresentadas, dos resultados de votações e a da frequência com que são citados na imprensa.

“Essa é uma resposta à confiança em mim depositada pelo povo do Amazonas, que pode ter certeza do meu compromisso com a defesa do interesses do nosso Estado e de nosso país”, comemorou o líder do MDB.

VOTO SIM!



FOTOS: IMAGEM INTERNET



MARCO LEGAL DO SANEAMENTO

PL 4162/19 - Facilita a entrada de empresas privadas no setor de saneamento e estabelece metas de universalização do serviço

“É uma justa homenagem aos mais de 100 milhões de brasileiros sem acesso a esgoto e aos 35 milhões sem acesso a água tratada.” EB

SANTAS CASAS

PL 1006/20 - Viabiliza transferência de auxílio financeiro às Santas Casas e hospitais sem fins lucrativos para atuação contra a covid-19.

“As Santas Casas sempre tiveram papel essencial no atendimento à população mais carente e é justo que sejam fortalecidas nesse momento tão difícil.” EB

LIBERAÇÃO DE INSUMOS PARA COMBATE À COVID-19

PL 864/20 - Estabelece prazo de 72 h para que a Anvisa libere a importação e distribuição de produtos para o combate à covid-19 já autorizados em seus países.

“A vida dos brasileiros não pode esperar.” EB

SEGURO DE VIDA

PL 890/20 - Inclui na cobertura de seguro de vida os óbitos decorrentes de epidemias e pandemias.

“O projeto faz plena justiça aos segurados, cujas famílias não podem ficar desamparadas em caso de uma fatalidade.” EB

SERVIÇOS ESSENCIAIS

PL 669/19 - Impede desligamento de serviços públicos essenciais, como água e luz, de sexta a domingo.

“É desumano que trabalhadores que já estão perdendo emprego e renda fiquem expostos a uma situação tão difícil como corte de energia em suas casas nos finais de semana.” EB

RELAÇÕES DE DIREITO PRIVADO

PL 1179/20 - Flexibiliza relações de direito privado, como contratos de aluguéis, durante a pandemia.

“A medida é essencial para proteger os consumidores, evitar conflitos e garantir segurança jurídica nessa pandemia.” EB

EMPREGO E RENDA

MPV 936/20 - Institui o Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda, com suspensão de contratos e redução de jornada.

“Temos que fazer o possível para evitar ainda mais demissões Brasil afora. O desemprego é um dos maiores dramas nesse período de calamidade.” EB

COMPENSAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

PL 1826/20 - Determina compensações financeiras a profissionais de saúde incapacitados no combate à pandemia ou a seus dependentes, em caso de morte.

“Os profissionais de saúde têm sido verdadeiros heróis. Essa compensação é o mínimo que podemos fazer pela categoria.” EB

PAGAMENTO DE SALÁRIOS

MPV 944/20 - Concede linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem salários durante a pandemia.

“É preciso fazer o possível para preservar emprego e renda, nesse período de calamidade.” EB



LEITOS PARA COVID-19

PL 2324/20 - Determina uso compulsório, pelo SUS, de leitos privados para pacientes com Síndrome Aguda Respiratória Grave e covid-19.

“Não é justo ver leitos privados vazios enquanto brasileiros morrem por falta de assistência.” EB

JUROS MAIS BAIXOS

PL 1166/20 - Estabelece teto de 20% para juros de cheque especial e cartões de crédito entre março de 2020 e julho de 2021.

“Os juros cobrados hoje no cheque especial e no cartão de crédito são extorsivos.” EB

COMPENSAÇÕES LEI KANDIR

PLP 133/20 - Regulamenta o pagamento de compensações da União a estados e municípios devido às perdas de receita provocadas pela Lei Kandir.

“Esse projeto é fundamental para o equilíbrio do pacto federativo e a sustentabilidade financeira de estados e municípios.” EB

FGTS

MP 946/20 – Transfere o patrimônio do PIS para o FGTS e permite que trabalhadores demitidos ou que tenham se demitido durante a pandemia possam sacar o dinheiro.

“ O dinheiro do FGTS é do trabalhador e, durante essa pandemia, ele deve, sim, ser o senhor do seu destino.” EB

SERVIÇOS AMBIENTAIS

PL 5028/19 - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

“ É um avanço importante para a recuperação de áreas degradadas e a conservação dos recursos naturais.” EB



FOTO: IMAGEM INTERNET

NOVA LEI DAS LICITAÇÕES

PL 4253 - Entre outras medidas, cria modalidades de contratação, tipifica crimes relacionados a licitações e disciplina itens do assunto em relação às três esferas de governo.

“A nova lei é particularmente importante, no momento em que o país precisa de investimentos públicos, transparência e eficiência na contratação pública.” EB

EQUILÍBRIO FISCAL

PLP 101/20 – Estabelece o programa de acompanhamento e transparência fiscal e o Plano de Equilíbrio Fiscal.

“Estados e municípios com baixa capacidade de pagamento vão poder contratar operações de crédito, com aval da União.” EB

RADICALISMO CEGO E SURDO

EDUARDO BRAGA*

Temos assistido nessas últimas semanas – particularmente nos últimos dias - uma escalada inaceitável de afrontas contra a democracia e as instituições democráticas. Essa escalada ultrapassou todos os limites com a simulação de um bombardeio ao órgão máximo do Poder Judiciário.

Não dá para confundir liberdade de manifestação com ações criminosas. O ataque ao Supremo Tribunal Federal foi crime. Simples assim.

Intolerância e radicalismo vêm produzindo há tempos efeitos danosos no Brasil, inflamando da pior forma possível o convívio político e social, contaminando o debate econômico e até mesmo o enfrentamento da pandemia – enfrentamento que deveria unir todos os brasileiros, independente de paixão política ou ideológica.

Tenho sido, ao lado de várias outras lideranças políticas, defensor ferrenho da necessidade de maturidade



Não dá para confundir liberdade de manifestação com ações criminosas

e equilíbrio na busca de soluções para o país.

Foram inúmeros os apelos a favor do diálogo e da moderação. Inúmeras as vezes que se levantaram a favor do bom senso, ainda mais em meio ao tsunami do coronavírus.

Mas o radicalismo é surdo e cego. E ao avançar novos passos, no caminho criminoso de ataques desmedidos à democracia, precisa ser contido de uma vez por todas. Não apenas com palavras de equilíbrio, apelos ao bom senso. Mas com ações efetivas, que evidenciem a força de nossa Constituição para frear o desrespeito, o desacato e as agressões à democracia, aos Poderes constituídos, à própria lei maior do país.

A Justiça faz por bem agir com firmeza, nesse momento. Tem, de nossa parte, total apoio.

Os que insistem na defesa das manifestações criminosas contra a democracia como justo direito à liberdade de expressão arriscam um jogo perigoso, de

forma a confundir a população e abrir brechas para um retrocesso que jamais aceitaremos.

Estamos nos aproximando das 50 mil mortes por covid-19. Esse é um desafio gigantesco, que em hipótese alguma venceremos como nação dividida, mergulhada numa briga política marcada pela ignorância e pela truculência.

O mínimo que os brasileiros de bem exigem de seus dirigentes numa hora difícil como essa é

responsabilidade. É respeito à Constituição e seriedade na gestão da crise.

Os brasileiros precisam de líderes que, em vez de insuflar conflitos, saibam impor limites e inspirar serenidade e confiança à Nação. Que tentem apontar e construir caminhos, em vez de apostar na confusão e tumultuar o cenário nacional.

*Líder do MDB e da maioria no Senado

Chega de intolerância!

Em 2020, o líder do MDB se impôs, uma vez mais, como voz firme contra o radicalismo e a cultura do ódio

Respeitado pelos seus pares por sua capacidade de articulação e diálogo, o líder do MDB e da maioria no Senado também foi voz ativa nas críticas à escalada de ataques à democracia e às instituições democráticas, que alimentaram em alguns momentos um clima de tensão política inaceitável no país.

“Não dá para confundir liberdade de manifestação com ações criminosas. O que houve, neste sábado, foi crime”, protestou Eduardo Braga, quando manifestantes simularam, com fogos de artifício, um bombardeio ao Supremo Tribunal Federal.

Em entrevistas à imprensa, nas redes sociais, em discursos no plenário virtual do Senado e outras manifestações públicas, o senador Eduardo não economizou críticas à intolerância e ao radicalismo, “que vêm inflamando da pior forma possível o convívio político e social, contaminando o debate econômico e até mesmo o enfrentamento da pandemia”.

Para o senador do Amazonas, os brasileiros precisam de líderes que saibam construir caminhos, impor limites e inspirar serenidade e confiança à Nação. Por essa razão, fez apelos insistentes, ao longo do ano, a favor do diálogo, da moderação e do bom-senso, independente de coloração partidária ou ideológica.



Um “garantista” no Supremo Tribunal Federal

Foi de Eduardo Braga o relatório sobre a indicação de Kassio Nunes Marques

O mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal, o juiz Kassio Nunes Marques, teve sua indicação aprovada pelo Senado Federal no dia 21 de outubro, e assumiu o cargo em 05 de novembro, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Celso de Mello Filho.

A indicação de Kassio Nunes foi relatada na Comissão de Constituição e Justiça pelo senador Eduardo Braga, que destacou a qualificação do indicado

nas áreas de direitos humanos, constitucional, civil e penal. Braga salientou as decisões bem fundamentadas de Kassio Nunes ao longo de nove anos como juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e observou a importância de um nome garantista, defensor da aplicação das leis e da Constituição. O senador frisou não haver um único questionamento sobre as decisões judiciais de Kassio Nunes ou sobre sua conduta como magistrado.

A festa da democracia

Eleições municipais comprovaram a força política do MDB de Eduardo Braga no interior do Amazonas



A vontade de ajudar a decidir o futuro da própria cidade foi maior que o medo da covid-19. Com máscaras e cuidado redobrado para evitar o contágio, os amazonenses marcaram presença, em novembro passado, na maior festa da democracia: as eleições. No primeiro turno, o índice de abstenção no Estado foi de 19% - um dos dez menores do país, segundo o Tribunal Superior Eleitoral.

As urnas confirmaram a força do MDB de Eduardo Braga. O partido liderado pelo parlamentar elegeu 13 prefeitos, 11 vices-prefeitos e 85 vereadores nos 61 municípios do Amazonas. A maior novidade ficou por conta da conquista de duas novas prefeituras: de Presidente Figueiredo e Itamarati.

Em Presidente Figueiredo, a enfermeira Patrícia Lopes derrotou com folga as principais lideranças políticas da Terra da Cachoeira, na Região Metropolitana de Manaus, ampliando consideravelmente a base do senador Eduardo.

Em Itamarati, o partido elegeu o ex-presidente da Associação Amazonense dos Municípios (AAM), João Campelo, com quase 60% dos votos. Campelo vai administrar a prefeitura da cidade pela terceira vez.

O MDB reelegeu os prefeitos de Nova Olinda do Norte, Adenilson Reis; de Lábrea, Gean Barros; de Uruará, Enrico Falabella; de Barcelos, Edson Mendes; de Barreirinha, Glênio Seixas; de Benjamin Constant, David Bemerguy; de Beruri, Dona Maria; de Caruarí, Bruno Ramalho; de Juruá, Dr. Junior; de Manaquiri, Jair Souto e de Tabatinga, Saul Bemerguy.

Aliados

Mas não foi só a vitória dos candidatos do MDB que garantiu a ampliação da base política do partido de Eduardo Braga no Amazonas. O senador também comemorou a eleição de aliados, em vários outros municípios. Em Anori, por exemplo, o MDB elegeu o republicano Reginaldo Nazaré, indicado pelo emedebista Jamilson Carvalho, que desistiu de disputar a reeleição para a prefeitura. Ao todo, chega agora a 43 o número de prefeitos que compõe a base política de Eduardo Braga no Estado.

“Eu quero agradecer ao povo do Amazonas pela confiança, pela forma generosa com que nos recebeu e elogiar a democracia. Em plena pandemia, nós, brasileiros, conseguimos exercer o nosso direito democrático, indo às urnas, escolhendo nossos prefeitos, nossos vice-prefeitos e vereadores. Desejo a todos os eleitos muito sucesso e que possam ter sabedoria para enfrentar o ano de 2021”, registrou Eduardo Braga nas redes sociais.



A enfermeira Patrícia Lopes, do MDB, é a nova prefeita de Presidente Figueiredo



O MDB também assumiu a prefeitura de Itamarati, com João Campelo



Fim dos sobressaltos no setor de concentrados

Pressão de Eduardo e demais parlamentares do AM encerrou gangorra de alíquotas do IPI imposta aos fabricantes instalados na ZFM

A mobilização do senador Eduardo Braga e dos demais parlamentares federais do Amazonas encerrou, em outubro de 2020, uma crise sem precedentes no setor de concentrados de refrigerantes presente na Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ao longo de, aproximadamente, 30 meses, as empresas do segmento foram submetidas a uma gangorra de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Ela começou a abalar a indústria em maio de 2018. Pressionado pela greve dos caminhoneiros, que paralisou rodovias e desabasteceu a maioria das cidades brasileiras, o governo federal bancou a redução do preço do óleo diesel – uma das deman-

das da categoria – às custas dos cortes de alguns subsídios. Entre eles, o IPI dos concentrados da ZFM, que, por meio de uma canetada do então presidente Michel Temer, despencou de 20% para 4%.

“Que tenhamos direito ao desenvolvimento. Ver no Amazonas e na Amazônia não significa estar aprisionado ao atraso, ao subdesenvolvimento, ao desemprego, à fome e ao abandono”, reagiu Eduardo na época.

Após apelos e muita pressão do senador amazonense, no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e em reuniões com a equipe econômica do governo, houve aumento do percentual, só que não no mesmo patamar anterior à greve dos caminhoneiros.

A vida dos que trabalham no setor, a partir desse episódio, não foi mais a mesma. Embalado por um pensamento já disseminado que destaca o modelo Zona Franca de Manaus como um peso morto tributário – contra o qual Eduardo luta diariamente em todas as esferas de poder – o governo federal impôs, praticamente, um regime flutuante à alíquota do IPI conforme calendários definidos por meio de decretos publicados no Diário Oficial da União.

A medida exigiu do senador e dos congressistas amazonenses vigilância permanente, inclusive, durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro. Mas, diferentemente do que o antecedeu, acabou cedendo às reivindicações. Por meio de um decreto publicado em outubro, ele determinou que, a partir de fevereiro de 2021, a alíquota ficará definitivamente em 8%.

Será o encerramento oficial da agonia jurídica e tributária que abalou o segmento e toda a cadeia mantida por ele em Manaus e, especialmente, no interior, com os produtores de guaraná e cana-de-açúcar, entre outras culturas.

“A decisão de fixar em 8% atende, de certa forma, o setor e, mais importante, tranquiliza os corações dos milhares de trabalhadores amazonenses vinculados direta ou indiretamente a essa indústria. Nosso muito obrigado ao presidente Jair Bolsonaro!!!!”, disse Eduardo.



Sempre pela ZFM

Eduardo seguiu incansável na luta em defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM) ao longo de 2020. Confira alguns desses episódios:

“O nosso modelo de desenvolvimento regional não é uma distorção, muito menos representa um entrave para uma reforma tributária essencial para o nosso país. De uma só vez, ela consegue criar e desenvolver tecnologia, empregando justamente os amazônidas, sem derrubar uma árvore sequer.”

Reação ao artigo da economista Zeina Latif, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, que classificou a ZFM como uma distorção a ser corrigida na reforma tributária

“É o maior programa de conservação ambiental do mundo e equivale a vários fundos da Amazônia.”

Em audiência virtual promovida pelo Senado com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão

“Temos que acabar com a mentira e a falácia dos que contestam a Zona Franca de Manaus. Poucos aqui levantam a voz para defender esse modelo de desenvolvimento regional como o responsável por salvar a floresta.”

Em sessão presencial no plenário do Senado

Em meio às adversidades, a dedicação contínua para garantir obras e empreendimentos

Até o fechamento desta edição, às vésperas de 2021, mais de 40 municípios amazonenses registravam a execução de obras viabilizadas com recursos federais providenciados por Eduardo Braga. São, especialmente, pavimentações de ruas e vicinais, construção de quadra poliesportiva, ampliação de sistemas de abastecimento de água, revitalização e contenção de orlas, entre outras intervenções.

“O trabalho permanente e a busca contínua pelas verbas necessárias para a realização de obras e serviços são a minha forma de agradecer a confiança, o carinho e toda a consideração do povo da capital e do interior”, diz o senador, que, para 2021, já viabilizou recursos para projetos e empreendimentos de toda ordem em todo o Amazonas.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Eduardo assegurou as verbas necessárias para obras de pavimentação em assentamentos de cinco municípios (Canutama, Carauari, Itacoatiara, Pa-



Construção de ponte sobre o Rio Manaca, em Tonantins



O bairro Sales, no Careiro Castanho, recebe pavimentação em concreto

FOTOS: VAGNER CUNHA



Trabalho noturno para pavimentação com calçada, meio-fio e sarjeta em Santo Antônio do Itá

rintins e Presidente Figueiredo). Além disso, ele obteve a complementação de convênios com quatro municípios: Apuí, Careiro Castanho, Humaitá e Manicoré.

Nova estrutura para a Educação

A educação também foi contemplada pelo senador. Por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), houve a destinação de investimentos para atender 30 municípios do Amazonas. O recurso já empenhado vai garantir a construção e reforma de escolas, a aquisição de equipamentos de climatização, mobiliário e material didático, assim como o transporte escolar.



Obra de contenção de erosão e revitalização da orla do município de Borba

NAS REDES SOCIAIS, O AGRADECIMENTO DOS PREFEITOS

“Estive na Caixa Econômica, junto com o senador Eduardo Braga, onde assinei três convênios para garantirmos mais obras de concreto nas ruas da sede do município, além do asfaltamento dos ramais São João, do Brasil e do Caapiranga e de 100% das ruas do Distrito do Purupuru. Grato pelo compromisso com nosso município. Vamos continuar trabalhando muito em 2021”

PREFEITO NATHAN MACENA, DO CAREIRO CASTANHO

“A palavra é gratidão. Obrigado senador pelo carinho com que tem tratado a cidade de Rio Preto da Eva. Vamos asfaltar mais dois bairros e já asfaltamos mais seis bairros graças ao seu trabalho. O senhor é uma figura importante para o desenvolvimento do nosso município”

PREFEITO ANDERSON SOUZA, DE RIO PRETO DA EVA

“O senador realizou um grande sonho da população de Eirunepé: a pavimentação com concreto da cidade, além de outras tantas iniciativas. Eduardo Braga é um grande defensor do Amazonas e amigo do interior”

PREFEITO RAYLAN BARROSO, DE EIRUNEPÉ

“Agradeço ao senador Eduardo Braga toda a atenção que ele sempre dispensa ao nosso município. Receba um abraço do povo de Autazes por todo o seu empenho em favor do interior do Amazonas e, de forma muito especial, da terra do leite”

PREFEITO ANDRESON CAVALCANTE, DE AUTAZES

UBS Fluvial para Eirunepé

A população do município de Eirunepé (AM) já conta com os serviços médicos e odontológicos, além de exames e vacinações, oferecidos numa Unidade Básica de Saúde (UBS) Fluvial. Com investimento de R\$ 2 milhões providenciados pelo senador Eduardo Braga, por meio de emenda ao Orçamento da União, a embarcação tem prestado atendimento, inclusive, nas comunidades ribeirinhas. O parlamentar entregou 20 UBS's fluviais para o interior amazonense nos últimos dois anos.



FOTOS: IMAGEMINTERNET

Codevasf nas bacias hidrográficas do AM

O Senado aprovou, no começo de dezembro, o projeto que coloca as bacias hidrográficas de Minas Gerais, de Roraima e do Amazonas sob a administração da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A inclusão do Amazonas foi solicitada, por meio de emenda, pelo senador Eduardo Braga, que apontou a gestão hídrica como um dos principais desafios para o desenvolvimento do Estado. A matéria depende de apreciação da Câmara dos Deputados.



Um novo porto de Camanaus

A construção de um novo porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira (AM), foi o tema de uma reunião, em agosto, entre o senador Eduardo Braga, o prefeito Clóvis Saldanha (Curubão) e o general Antônio Santos Filho, diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Na ocasião, o representante do órgão assumiu o compromisso de elaborar um estudo e um projeto para o empreendimento, que é essencial para a população do município.

70 anos do TCE-AM

Eduardo Braga celebrou, no Senado e nas redes sociais, os 70 anos do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM). Por meio de um "voto de aplauso" encaminhado ao plenário da Casa, em 14 de outubro, ele destacou a qualidade e a capacidade de inovação do corpo técnico da instituição. "É um tribunal que faz muito mais do que o trivial. Que inova, que tem um corpo técnico altamente qualificado e que realmente veste a camisa para garantir o melhor para a população do nosso Estado", salientou Eduardo Braga. Nas suas redes sociais, o senador também prestou homenagem ao tribunal: "Que conselheiros e servidores recebam o nosso abraço e os votos de que continuem a cumprir a primorosa missão de fazer valer o correto investimento dos recursos públicos".

Reconhecimento à Moto Honda da Amazônia

O senador Eduardo Braga participou, na capital amazonense, em março de 2020, da comemoração da marca histórica de 25 milhões motocicletas produzidas pela Moto Honda da Amazônia. Além de Eduardo, estiveram na solenidade o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM/AP), demais autoridade do Amazonas e executivos da empresa que está presente no Polo Industrial de Manaus (PIM) desde 1976. "A história da Moto Honda se confunde com a história da Zona Franca de Manaus. Agradeço o respeito que essa empresa sempre teve com o povo amazonense", destacou o senador.



Pela regularização de terras

O senador Eduardo Braga assumiu o compromisso de viabilizar, por meio de emenda ao Orçamento da União, o recurso necessário para regularizar as terras de, pelo menos, 36 mil famílias no Amazonas. "A questão fundiária é um dos grandes gargalos no Estado. Vou à luta por essas pessoas", disse o parlamentar ao presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Geraldo José de Melo, acompanhado do superintendente do órgão no Amazonas, João Batista Jornada.



Mais um ano de alívio para as pequenas cidades

Eduardo Braga garante a mais de 4,9 mil municípios a oportunidade de, em 2021, receber recursos ainda que estejam inadimplentes junto à União

Às vésperas do Natal, Eduardo Braga garantiu a mais de 4,9 mil municípios brasileiros a oportunidade de, em 2021, celebrar convênios e receber recursos federais ainda que estejam inadimplentes junto à União. Esses entes federados contam, cada um, com até 50 mil habitantes. Só no Amazonas, existem 52 municípios nessa condição.

A medida é resultado de emenda apresentada pelo parlamentar amazonense à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 – já aprovada pelo plenário do Congresso. A LDO define as metas e prioridades que orientam a elaboração do Orçamento – resumo detalhado de toda receita e despesa do Governo Federal no ano seguinte.

Esta é a segunda vez consecutiva em que Eduardo consegue aprovar, no âmbito da LDO, emenda dessa natureza. Graças à iniciativa do senador, as prefeituras com irregularidades listadas no Cadastro Único de Convênios (Cauc), do Tesouro Nacional, poderão contar com as chamadas transferências voluntárias – destinadas para obras e investimentos.

Elas não estão entre os repasses obrigatórios, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Dos 62 municípios amazonenses, 52 deles têm até 50 mil habitantes. Cidades que dependem qua-



Presidente Figueiredo

se exclusivamente de verbas federais para manter a máquina administrativa em funcionamento, além dos serviços essenciais. Caso de Canutama, Pauini, Itamarati, Japurá, Uarini, entre outras.

**EMENDA
BENEFICIA
52
MUNICÍPIOS
DO AM**

“Muitas vezes, determinada prefeitura é impedida de receber uma verba por não ter prestado contas dentro do prazo estabelecido. Com isso, ficam paralisadas a administração local e, principalmente, os serviços públicos. Algo que não pode acontecer”, disse o senador, que já foi prefeito da capital amazonense e governador do Estado por dois mandatos consecutivos. “Não veremos a interrupção das políticas públicas nessas pequenas cidades, que, geralmente, estão bem distantes dos centros do poder do país”, completou.

FOTO: ANDRÉ AMAZONAS

A VOZ DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

EDUARDO BRAGA*

Já contamos nossos mortos aos milhares, país afora. Isolamento, medo e incerteza viraram rotina, assim como as notícias sobre a escalada do desemprego e o desespero de pequenos empreendedores. Mas, em meio às perdas financeiras e ao caos sanitário provocados pelo tsunami do coronavírus, podemos comemorar – e precisamos continuar comemorando – uma vitória importante: a solidez de nossa democracia e a maturidade de nossas instituições, que têm mostrado vigor suficiente para driblar farpas políticas e manifestações golpistas.

Incentivar conflitos internos, embates federativos e ataques a instituições e liberdades democráticas é mais do que um desserviço ao Brasil. É um desvio injustificável e inaceitável de foco e de energia num momento em que precisamos passar por cima de diferenças políticas para enfrentar o Sars Cov 2, um inimigo invisível, imprevisível e poderoso, que desafia governos, autoridades



FOTO: IMAGEM/INTERNET

**Diálogo e
transparência
precisam dar o
tom das relações
entre os três
Poderes da
República**

sanitárias e ciência. Nessa hora, radicalismos de quaisquer espécies são péssimos conselheiros.

Mesmo que pareça óbvio, o discurso de união que especialistas, analistas e tantos líderes repetem como um mantra nessa pandemia não encontra acolhida por parte de quem alimenta a intolerância como visão de mundo. Ainda há quem queira retirar do baú da história fantasmas adormecidos nesses 35 anos de redemocratização. A defesa do autoritarismo, da volta à censura, de ataques ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal surge como uma afronta a uma nação que reconstruiu, com tanta luta, os pilares de liberdades e direitos fundamentais, consolidados na Constituição de 88.

Esses, que não souberam aprender com a história, nem conseguem abrir ouvidos e corações para o sentido de cidadania e solidariedade que a calamidade exige, são

minoria, felizmente. Podem fazer barulho, mas não vão abafar a voz das nossas instituições, muito menos colocar em risco a estabilidade democrática brasileira, já testada recentemente em dois processos de impeachment.

Tanto o Judiciário quanto o Legislativo têm sido enfáticos na defesa da Constituição Federal, que norteia direitos individuais e coletivos. Câmara dos Deputados e Senado Federal vêm dando demonstração firme de compromisso e responsabilidade, ao votarem, de forma célere, dezenas de projetos de lei e medidas provisórias capazes de minimizar os impactos da pandemia no dia a dia de empresas e cidadãos. O Brasil tem pressa e a prioridade é salvar vidas e empregos.

Depois que a primeira onda desse tsunami passar, ainda precisaremos de maturidade e equilíbrio político para o enfrentamento da segunda onda – a recuperação econômica e social pós-pandemia. Nesse mundo pós-coronavírus, também não poderá haver espaço para radicalismos e afrontas à democracia.

Esquerda e direita, modelos heterodoxos ou ortodoxos deverão ser conceitos ultrapassados diante dos novos fundamentos da economia. No Brasil pós-pandemia, o passado não terá vez – arautos de um passado autoritário, muito menos.

No Brasil do futuro, lideranças de todos os matizes ideológicos terão que se sentar à mesa, junto com representantes da sociedade civil, para decidir qual será a nova dimensão do Estado e da máquina pública. Só a partir daí poderemos construir uma reforma tributária e um plano robusto de recuperação econômica.

Na área política, a lição que tiramos desse tempo de calamidade é que diálogo e transparência precisam dar o tom das relações entre os três Poderes, em todas as esferas. E, nesse novo formato de nação, que pretendemos mais justa e menos desigual, nosso maior trunfo continuará sendo, assim como nos últimos 35 anos, a força da nossa democracia.

*Senador pelo MDB/AM

INTERROMPA O CICLO DA VIOLÊNCIA ANTES QUE ELE INTERROMPA UMA VIDA



16 DIAS DE ATIVISMO
pelo fim da violência contra a mulher

A tolerância com agressões e gestos de arrependimento gera vícios de comportamento que levam a um ciclo de ocorrências sem saída. As agressões podem se agravar e acabar em feminicídio.

Violência: Não fique em silêncio.

**Ligue 0800 612211,
(61) 3215-8800 ou 180**

Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher

Secretaria da
Mulher

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Comissão Permanente Mista de
Combate à Violência Contra a Mulher

Procuradoria
Especial da Mulher

SENADO
FEDERAL

